

-----**ATA N.º 8/2013**-----

-----Aos 03 dias do mês de abril de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** informou que o Senhor Presidente da Câmara, não podia comparecer à presente reunião, por motivos de representação do Município.-----

-----**O Executivo considerou a falta justificada.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referindo-se à componente financeira, começou por dizer que o Município encontrava-se em situação de desequilíbrio financeiro estrutural a 31 de dezembro de 2011. O pedido de adesão ao PAEL apresentado pelo Município foi instruído com um plano de ajustamento financeiro que incorporou o plano de reequilíbrio financeiro. Neste momento, estão reunidas as condições legalmente exigidas para integrar o Programa I do PAEL e simultaneamente ser celebrado um contrato de mútuo do valor aprovado, com uma instituição de crédito, ao abrigo do contrato de reequilíbrio financeiro, obrigando-se, por conseguinte, ao cumprimento das medidas estabelecidas no respetivo plano de reequilíbrio financeiro. Referiu que o PAEL contempla as dívidas até 31 de dezembro de 2011, acrescentando que tal como foi referido em reunião de Executivo e da Assembleia Municipal, o Município foi alvo de um corte pelo facto de alguma dívida estar inscrita em “fornecedores com faturas em conferência”. Situação que foi corrigida pela autarquia, mas acabou por não ser aceite pela DGAL, influenciando o valor que passou a ser 5.292.591,43€.-----

-----Disse que uma vez que o montante do PAEL não é o inicialmente proposto, faz com que as dívidas registadas a fornecedores não sejam cobertas a 100%, obrigando a autarquia a recorrer ao montante solicitado em reequilíbrio, para fazer face a esta situação. As dívidas a fornecedores a partir de 31/12/2011 terão de ser cobertas pelo montante solicitado em reequilíbrio. Deu conhecimento de que o Despacho da aprovação foi alvo de publicação em Diário da República, datado de 27/3/2013.-----

-----De seguida, deu conhecimento da demonstração de resultados, bem como, do balanço do ano de 2012 relativamente ao Município de Celorico da Beira, que foi distribuído por todos os presentes, documento que se

anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. Em termos de redução de dívida, disse que a evolução é excecional, no entanto, poderia ser superior se não tivesse sido feita a redução de capitais da EMCEL. -----

-----Disse ainda, que no ano passado foi entregue um documento em reunião de executivo relativamente à CP, solicitando que esse assunto fosse agendado numa próxima reunião de executivo, para que se resolva com a maior brevidade, uma vez que é importante, financeiramente, para a EMCEL.-----

### -----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto:-----

-----**DOAÇÃO DE PRÉDIO URBANO AO CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE MESQUITELA - CANCELAMENTO DA CLÁUSULA DE REVERSÃO.**-----

### -----**ORDEM DO DIA**-----

#### -----1. **GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REFORMA ADMINISTRATIVA**-----

##### -----**ASSUNTO: DESPACHO PAEL E REEQUILÍBRIO**-----

-----Foi presente para conhecimento, ofício do Gabinete da Secretária de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, datado de 20/3/2013, com registo de entrada n.º 2619, remetendo cópia do despacho de autorização do PAEL e do Reequilíbrio.-----

#### -----2. **STAL GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: NOTA À IMPRENSA/MARÇO 2013 – DIA MUNDIAL DA ÁGUA – COMBATER A PRIVATIZAÇÃO, EXIGIR GESTÃO PÚBLICA**-----

-----Foi presente para conhecimento, ofício do STAL da Guarda, datado de 22/3/2013, com o registo de entrada n.º 2701, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----**3. MUNICÍPIO DO CRATO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE INTERRUPTÃO/AJUDA PARA DEFENDER O PODER LOCAL, PORTUGAL E AS POPULAÇÕES**-----

-----Foi presente para conhecimento, ofício do Município do Crato, datado de 14/3/2013, com o registo de entrada n.º 2506, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----**4. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PROCESSO DE EMERGÊNCIA SOCIAL**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 25/3/2013, com o registo interno n.º 1057, referindo que no dia 14/2/2013 foi efetuado o atendimento da utente Maria Armanda Gonçalves Varela, a solicitar ajuda, uma vez que se encontrava sem sítio para pernoitar, dado que os familiares que detém no concelho se recusavam a fazê-lo. O Gabinete de Ação Social contactou a Técnica de Serviço Social do Serviço de Segurança Social Local de Celorico da Beira, para solicitar colaboração para abrigo da jovem, tendo a mesma, informado, que já tinham efetuado todas as diligências possíveis para este caso.-----

-----Informam ainda, que estabeleceram diversos contactos com Instituições, tais como: AnaJovem; Samaritanos do Porto; Fundação Aurora Borges; Projeto Mãos Abertas; Cije; Centro Social e Paroquial de Dornelas; ABPG, entre outras, não tendo conseguido qualquer resposta para a jovem. Perante a eminência de a jovem não ter onde pernoitar, foi necessário tomar diligências. Assim, a jovem esteve a pernoitar na Pensão Parque/Residencial de Celorico da Beira de 4 a 10 de março, tendo a

autarquia assegurado o pagamento. Recebe ainda apoio da Santa Casa da Misericórdia de Celorico da Beira que tem garantido, desde essa data, as refeições da cantina social, após solicitação do Gabinete de Ação Social. ---

-----Considerando que a jovem apresenta uma situação de carência, de acordo com o art.º 4.º, do Regulamento para situações de carência, visto que, a sua capitação média mensal é nula, não possui capacidade para efetuar o pagamento de uma renda habitacional, assim propõe que a autarquia assegure o pagamento da renda no valor de 80€ mensais, durante 3 meses (abril, maio e junho). -----

-----Informam que esta situação é acompanhada pelo Gabinete de Ação Social e que a jovem foi encaminhada para a Formação Modelar Certificada, bem como, para o Centro Distrital da Guarda a fim de requerer a prestação social de Rendimento Social de Inserção. -----

-----Mais informam que qualquer alteração que ocorra será de imediato comunicada e cessada o apoio prestado. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** congratulou-se com o Gabinete de Ação Social da autarquia, pelo trabalho e tratamento célere que teve em todo este processo. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o apoio solicitado.** -----

-----Ausentou-se desta reunião o Senhor **Vereador Victor Santos**, eram 11h.-- -----

-----**4.1 ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE BONIFICAÇÕES DE ACORDO COM O REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA--**

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 25/3/2013, com o registo interno n.º 1062, referindo que após verificação da situação de carência económica, de acordo com o art.º 4.º, do

Regulamento para situações de carência, da Senhora Maria Armada Gonçalves Varela, solicitam que de acordo com o art.º 47.º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, a mesma usufrua das bonificações previstas no Capítulo VII Bonificações, art.º 46.º, alínea a) “Quando os consumos domésticos não ultrapassem 5m<sup>3</sup>, a taxa de conservação e tratamento de esgotos e tarifa de saneamento” e alínea c) “Tarifa de colocação de contador”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento da taxa de conservação e tratamento de esgotos e tarifa de saneamento, desde que os consumos domésticos não ultrapassem os 5m<sup>3</sup>, bem como, isentar do pagamento de colocação do contador a Senhora Maria Armada Gonçalves Varela.**-----

-----**5. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A CELFLOR**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 28/3/2013, com o registo interno n.º 1122, referindo que existindo, desde 2006, um Protocolo de Colaboração com a CELFLOR – Associação de Produtores Florestais, vem esta entidade solicitar a sua alteração em virtude de se ter alargado o leque de competências e atribuições da mesma.

-----Nesta sequência, remetem para aprovação o Protocolo de Colaboração, a estabelecer entre a CELFLOR – Associação de Produtores Florestais e o Município de Celorico da Beira, nos termos dos artigos 67.º e 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que inicialmente existiam duas equipas de sapadores florestais, que desempenharam um trabalho

meritório, no entanto, e devidos às imposições do Estado, as mesmas foram suspensas, acrescentando que esta é uma situação que acontece a nível nacional. Disse que a CELFLOR possui capacidade técnica e equipas de sapadores para o concelho de Celorico da Beira, que tem desenvolvido um trabalho louvável na área da gestão e Defesa Florestal Contra Incêndios, bem como, na área da informação e formação. Disse ainda, que a CELFLOR está acreditada para prestar apoio na elaboração de candidaturas às ajudas e apoios concedidos no âmbito da Política Agrícola Comum e acompanhamento efetivo após receção contribuindo para a promoção da gestão e valorização das explorações agrícolas e florestais do concelho. -----

-----Referiu que é importante para o concelho que esta instituição esteja a funcionar, acrescentando que este protocolo vem reforçar as competências da CELFLOR. A nível de recursos humanos, esta instituição não acompanha as necessidades registadas no concelho. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, aprovar o Protocolo de Colaboração entre a CELFLOR – Associação de Produtores Florestais e o Município de Celorico da Beira, deixando de vigorar qualquer outro de objeto semelhante.** -----

-----**6. DOAÇÃO DE PRÉDIO URBANO AO CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE MESQUITELA - CANCELAMENTO DA CLÁUSULA DE REVERSÃO**-----

-----Foi presente ofício do Centro Social da freguesia da Mesquitela, com o registo de entrada n.º 10982, referindo que a 29 de junho de 2004 foi realizada uma justificação e doação entre o Município de Celorico da Beira e o Centro Social da freguesia de Mesquitela, doando o Município à referida IPSS o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 421. A referida doação

foi realizada com a cláusula de reversão a favor da doadora, na hipótese da donataria se extinguir ou cessar a sua atividade. -----

-----Considerando que esta IPSS já realizou diversas intervenções e obras de melhoramentos, solicitam que a autarquia se digne realizar uma doação definitiva a favor desta IPSS. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, proceder ao cancelamento da cláusula de reversão, constante da escritura de doação realizada no dia 29/6/2004, relativamente ao prédio com o artigo matricial n.º 421, efetuada a favor da IPSS – Centro Social da freguesia da Mesquitela, na reunião de executivo do dia 3/12/2003.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:10h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a secretariei. -----